

VISÃO

ESTRATÉGICA

DOS JOVENS

PROFISSIONAIS

DE SAÚDE

Legislativas 2024

Documento redigido pela
Plataforma de Jovens Profissionais de Saúde

CONSTITUIÇÃO DA PLATAFORMA DE JOVENS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

AJOMED

ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS MÉDICOS
de Portugal



Comissão de Jovens da
Ordem dos Nutricionistas



Gabinete Jovem da Ordem
dos Médicos Veterinários

APRESENTAÇÃO

A Plataforma de Jovens Profissionais de Saúde é composta pelas seguintes Associações de Jovens Profissionais de Saúde e as representações Jovens integrantes das respetivas Ordens Profissionais do setor da Saúde:

- Associação dos Jovens Médicos de Portugal (AJOMED);
- Associação Portuguesa dos Jovens Farmacêuticos (APJF);
- Comissão de Jovens Nutricionistas, da Ordem dos Nutricionistas (CJN-ON);
- Conselho de Jovens Médicos Dentistas, da Ordem dos Médicos Dentistas (CJMD-OMD);
- Gabinete Jovem, da Ordem dos Médicos Veterinários (GJ-OMV).

A definição de profissional de saúde para a plataforma de jovens profissionais de saúde é mais lata que a descrita na da lei de bases de saúde, pelo que, todas as referências deste documento se referem aos médicos, médicos dentistas, médicos veterinários, farmacêuticos, nutricionistas, entre os além mencionados.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Numa sinergia inovadora que transcende fronteiras profissionais e abraça a visão coletiva de um futuro mais robusto e sustentável para a saúde em Portugal, os representantes dos jovens profissionais das áreas médica, médico-dentária, médico-veterinária, farmacêutica e da nutrição convergiram num fórum unificado para moldar o caminho do país rumo ao bem-estar e à excelência na prestação de cuidados de saúde. Este documento, fruto de imenso debate e consensos ponderados, destaca-se como um testemunho tangível do compromisso desses representantes em aprimorar a saúde pública, redefinir padrões profissionais e alavancar a inovação num panorama desafiador.

Ao considerar as necessidades multifacetadas da sociedade e as crescentes exigências que recaem sobre os profissionais de saúde, este compêndio destaca não apenas as propostas práticas e tangíveis para a otimização dos sistemas de saúde, mas também estratégias ambiciosas que visam transcender barreiras, estimular a investigação colaborativa e integrar avanços tecnológicos para inaugurar uma nova era transformadora na prestação de cuidados de saúde em solo português.

Desde a reformulação de políticas públicas até a promoção da educação contínua e do desenvolvimento profissional, as propostas aqui apresentadas incorporam uma visão abrangente que transcende o agora e busca criar alicerces sólidos para o futuro. Ao considerar não apenas os desafios atuais, mas também antecipar as mudanças demográficas, tecnológicas e epidemiológicas, este documento emerge como um farol de orientação, guiando as políticas nacionais na direção de uma saúde mais acessível, eficaz e centrada no paciente.

Este é o resultado de um esforço coletivo, uma amálgama de ideias entrelaçadas por profissionais comprometidos que não apenas visualizam um sistema de saúde aperfeiçoado, mas que também estão dispostos a dedicar as suas aptidões e energias para concretizar essas visões. Neste panorama de transformação, a Plataforma dos Jovens Profissionais da Saúde assume o papel de catalisadora de mudança, lançando as bases para uma era em que Portugal se destaque como um exemplo na promoção da saúde e do bem-estar.

À medida que mergulhamos neste documento, é imperativo reconhecer a urgência da missão que une os representantes dos jovens profissionais da área da saúde em Portugal. Dados epidemiológicos alarmantes destacam não apenas a crescente carga das doenças crónicas, mas também a necessidade premente de estratégias inovadoras para enfrentar as disparidades socioeconómicas que se refletem nas condições de saúde. Destarte os avanços notáveis na prestação de cuidados de saúde, diversos desafios persistem (13,3% da população identificou a sua saúde como má ou muito má), evidenciando a importância crítica de abordagens holísticas e orientadas para a prevenção.

A participação ativa dos representantes jovens neste processo colaborativo é ainda mais crucial ao considerar o envelhecimento da população portuguesa. Dados evidenciam uma transição demográfica em curso, com um aumento significativo na proporção de idosos (inversão da pirâmide etária). Essa mudança não apenas acentua a pressão sobre os sistemas de saúde, mas também destaca a necessidade de adaptação rápida e eficiente para garantir que os serviços respondam adequadamente às necessidades emergentes.

Além disso, o sistema de saúde português revela lacunas na acessibilidade e distribuição de serviços, com disparidades regionais que impactam diretamente o acesso equitativo a cuidados de saúde. Nesse contexto, as propostas e estratégias apresentadas neste documento não são apenas aspirações abstratas, mas respostas tangíveis a desafios concretos que afetam diretamente a saúde da população.

A interseção entre a tecnologia e a saúde é um componente crucial das propostas delineadas. Os mais recentes dados sobre a adoção de tecnologias de informação e comunicação na área da saúde revelam que, embora haja avanços notáveis, existe ainda um vasto potencial inexplorado. A integração de soluções digitais, inteligência artificial e telemedicina não apenas otimiza a eficiência operacional, mas também abre novas possibilidades para a prestação de cuidados personalizados e acessíveis, especialmente em áreas carenciadas na área da saúde. A população nas regiões do interior e/ou regiões menos urbanas encontram maiores barreiras no acesso à saúde. Entre 2017 e 2019, o Alentejo, o Algarve e a região Centro apresentaram uma taxa de mortalidade ajustada à idade, significativamente maior que a média nacional.

Ao unir a visão dos representantes das diferentes classes profissionais que compõem esta plataforma às exigências reais da população, este documento não é apenas uma declaração de intenções; é um roteiro ou mesmo um caderno de encargos abrangente e baseado em informação factual para uma transformação significativa no panorama da saúde em Portugal. Este é um convite à ação, não apenas para os profissionais de saúde, mas para os decisores políticos e intervenientes públicos de todos os espectros e esferas de ação, pois a busca por uma saúde mais resiliente e equitativa é uma jornada que envolve a colaboração de todos os setores da sociedade.

CARREIRAS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Mais de quatro décadas depois da criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) é inquestionável o seu carácter estruturante na sociedade portuguesa como símbolo maior de equidade e bem público. O SNS gera inúmeros ganhos em saúde em Portugal, garantindo uma qualidade de vida a milhões de cidadãos, reduzindo as desigualdades no que toca ao acesso à saúde.

A criação da carreira no SNS é anterior à própria criação do mesmo, o que prova a importância de existir uma estrutura e regulamentação destas para os diversos grupos de profissionais que prestam serviços ao Ministério da Saúde. O decreto-lei 414/71 de 27 de setembro, que originou as carreiras, afirmava que o modelo organizacional seria o método mais apto para proporcionar estímulo e compensação ao esforço exigido aos funcionários e o mais justo no que toca à sua contratação.

Em 2024 comemoram-se os 45 anos da história do SNS, sendo que será um ano marcado por uma das maiores reformas já vividas nestas mais de quatro décadas. As carreiras no SNS não podem ser esquecidas, tendo em conta os contextos económico e social em que nos inserimos.

Neste contexto, a Plataforma de Jovens Profissionais de Saúde apela a:

- Usar fundos comunitários para alcançar rácios de profissionais de saúde no SNS de acordo com as recomendações de saúde da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) e outras organizações intergovernamentais.
- Elaborar uma estratégia a longo prazo de forma concertada e abrangendo as várias forças políticas, para aumentar a atratividade do SNS para os diferentes profissionais de saúde. Esta estratégia deve conter um plano de progressão de carreira de acordo com a experiência, plano de formação e capacitação de acordo com as diferentes áreas exercidas, remuneração base digna evolutiva consoante o nível de experiência, adicionando incentivos financeiros e não financeiros, tendo em conta a “performance” e interesses dos profissionais.
- Potenciar a reforma do SNS em Unidades Locais de Saúde (ULS) para rentabilizar ao máximo a colaboração entre Profissionais de Saúde.

- Reconhecer todos os profissionais de saúde, através da criação e estabelecimento de carreiras únicas para as diferentes áreas de atuação. Atualmente está em falta a criação e revisão das seguintes carreiras:
 - **Carreira Farmacêutica:** uniformização da aplicação da carreira farmacêutica entre as diferentes ULS;
 - **Carreira em Medicina Dentária:** criação de uma carreira especial de Medicina Dentária;
 - **Carreira em Medicina Veterinária:** criação de uma carreira, atentando nas especificidades dos diversos papéis que o profissional desempenha;
 - **Carreira em Nutrição:** criação de uma carreira única (que seja inclusiva das diferentes áreas de atuação) e integração em todos os níveis de cuidados de saúde;
 - **Carreira Médica:** consideração de internato como primeiro grau da carreira médica, independentemente da natureza jurídica da instituição onde este é levado a cabo.

DIGNIFICAÇÃO DA ATIVIDADE DE SAÚDE

O acesso a cuidados de saúde é um direito universal e constitucional de cada cidadão. A dignificação das atividades de saúde é central, não apenas pelo bem-estar dos profissionais de saúde que as exercem em Portugal, mas, acima de tudo, pela qualidade e excelência dos cuidados diferenciados prestados à população. Repensar o atual panorama e investir nos profissionais de saúde, destacando neste projeto os mais jovens, traduz-se num investimento necessário para uma reestruturação adequada e eficaz do SNS. Os profissionais de saúde constituem-se como pilares importantes para um SNS digno e de excelência. O seu reconhecimento e valorização são essenciais para o fortalecimento do mesmo.

Atualmente, deparamo-nos com um país escasso de recursos humanos nas suas diversas áreas da saúde e sem uma devida valorização dos profissionais que as integram, resultando em rácios de profissionais de saúde por população desadequados que não permitem responder às necessidades de cada cidadão.

Acresce que o início da atividade profissional é, por vezes, caracterizada pela necessidade de uma aposta em formação que visa consolidar os conteúdos aquém explorados durante a formação base, assim como pela necessidade precoce de formação adicional em busca da diferenciação profissional. Esta procura acarreta avultados custos por parte dos jovens em início de carreira, criando dificuldades adicionais à pretensão de independência financeira.

Em qualquer âmbito, os dados são fulcrais para a tomada de decisões. De momento, há uma escassez de dados relativos à inserção dos profissionais no mercado de trabalho, uma vez que não existe obrigatoriedade de inscrição nas Ordens/Associações Profissionais para o exercício de algumas áreas ou pela emigração imediata após o término do ciclo de estudos base. A ausência do conhecimento da realidade concreta dos jovens profissionais de saúde condiciona o correto planeamento dos recursos humanos em saúde, assim como o sistema como um todo.

Neste contexto, a Plataforma de Jovens Profissionais de Saúde apela a:

- Rever os atos profissionais, que se encontram incompletos, desatualizados, inespecíficos e ambíguos. Deverão ser contempladas as especificidades de cada profissão, garantindo a clarificação das funções e competências na área da saúde.

- Rever os estatutos, com a participação das devidas Ordens Profissionais, no que se refere à:
 - Atribuição de competências específicas das diferentes áreas da saúde;
 - Monitorização do cumprimento da devida remuneração dos estágios de acesso à profissão;
 - Salvaguarda do interesse público e profissional;
 - Proteção legal das habilitações profissionais reconhecidas.

- Reforçar os incentivos à mobilidade geográfica do mercado de trabalho na área da saúde, promovendo a integração e motivação dos jovens profissionais nas regiões do país onde o rácio de profissionais de saúde por habitantes é manifestamente insuficiente.

- Investir de forma crescente (de acordo com o PIB) na área da saúde para requalificação e alargamento de estruturas, meios e materiais.

- Apoiar a formação dos Jovens Profissionais de Saúde através da majoração fiscal de despesas com a sua formação acreditada.

- Criar estratégias de prevenção e combate do *burnout* dos profissionais de saúde nos primeiros anos de exercício profissional ou no término dos seus internatos/estágios. São propostas de estratégias:
 - a proteção jurídica adicional do jovem profissional de saúde;
 - a disponibilização e monitorização de apoio psicológico aos jovens profissionais;
 - o reforço da proteção contra o assédio laboral com medidas como a criação de um portal de denúncia anónima para jovens profissionais;
 - a proteção contra indevidas sobrecargas horárias e/ou acumulações excessivas de funções;

- Incentivar à criação de programas de acompanhamento e monitorização do início da profissão por parte das Instituições de Ensino Superior, devido ao seu posicionamento e contacto estratégico;

RECURSOS HUMANOS EM SAÚDE

O planeamento de recursos humanos em Saúde é de grande importância para o saudável funcionamento dos sistemas de saúde, da sua distribuição e da qualidade dos serviços que prestam à população. Este planeamento começa desde a formação dos profissionais de saúde e prolonga-se até à sua reforma, visando a sustentabilidade dos serviços de saúde. Assim, este é um tópico decisivo para os jovens profissionais de saúde, sobretudo dada a realidade atual para os jovens e os desafios que se impõem aquando a sua entrada no mercado de trabalho.

As áreas da saúde sempre foram vistas como atrativas, promotoras de estabilidade e de grande empregabilidade, algo que veio a mudar nos últimos anos. Neste contexto, os relatos de situações indignas têm-se multiplicado. Exemplificando, segundo o Estudo aos Jovens Médicos Dentistas (OMD, 2021) 45% dos jovens médicos dentistas demoraram 1 ou mais anos a auferir mais de 750€ líquidos, sendo que no caso dos médicos veterinários 65,5% já esteve em situação de sub-emprego. É de conhecimento geral que grande parte dos jovens profissionais de saúde se encontra sob prestação de serviços através de recibos verdes, quando muitos destes incorrem em situações compatíveis com a existência de vínculo laboral, ao que acresce no setor público o enquadramento em carreiras inadequadas e inespecíficas ao exercício das suas funções clínicas e científicas.

Esta realidade tem como base um grande desequilíbrio e falta de planeamento dos recursos humanos para as necessidades de saúde da população, assim como o acesso dos utentes aos cuidados de saúde. A falta de planeamento de recursos humanos na saúde tem o potencial de criar problemas de Saúde Pública graves e condicionar a atuação deontológica dos profissionais de saúde. Paradoxalmente, assistimos a situações de excesso de profissionais formados e o défice de outros. No entanto, a aparente carência resulta de um mercado de trabalho pouco competitivo e promove situações laborais não condignas, comprometendo a qualidade dos serviços prestados. Adicionalmente, a falta e a má distribuição destes profissionais leva a necessidades de saúde não atendidas.

A tradicional referência à importância do *numerus clausus* não se reflete apenas na balança profissionais/necessidades de saúde, mas também nos parâmetros de qualidade da formação académica. A formação de um profissional de saúde está muito dependente do número de estudantes em relação às infraestruturas académicas, o número de docentes, o número de horas de contacto clínico e o número de cenários profissionais a que são expostos. O ensino da saúde tem uma complexidade e contextos próprios que não são trasladáveis a outras áreas do saber. Pelo que a definição do número de profissionais formados constitui um dos fatores mais decisivos para o perfil competitivo do país.

Ao longo dos últimos anos temos assistido ao fenómeno de emigração de profissionais altamente qualificados, ou comumente designado de *Brain Drain*. Este fenómeno está em linha com a realidade geral dos jovens, mas tem relevante importância uma vez que se tratam de profissionais altamente qualificados, necessários ao país, que vão fazer prosperar os países vizinhos que competem com Portugal nos vários setores.

Este êxodo é explicado pelas condições de empregabilidade e a valorização profissional de algumas áreas da saúde, mas também pelo contexto sócio-económico português.

Neste contexto, a Plataforma de Jovens Profissionais de Saúde apela a:

- Garantir o planeamento de recursos humanos, tendo como base a qualidade de formação e dos serviços de saúde prestados;
- Avaliar e estudar a cobertura territorial dos diversos profissionais de saúde, identificando as áreas com carência, por forma a correlacionar com os dados de saúde das populações, permitindo a tomada de decisão informada;
- Incentivar a fixação de jovens e desenvolvimento de políticas de combate à emigração ou abandono do exercício da actividade profissional, com processos simplificados e desburocratizados;
- Rever o vínculo laboral no setor público, com vista à aquisição de vínculo por tempo indeterminado. A abertura de concursos públicos, com condições remuneratórias justas e capazes de promover a fixação do profissional, sem a necessidade de acumulação de funções;
- Promover a fiscalização e resolução das situações de profissionais em regime de recibos verdes ou outras situações desadequadas à realidade de trabalho, como reconhecido no artigo 12º do Código do Trabalho, através de medidas competitivas ao estabelecimento de contratos laborais.

MULTIDISCIPLINARIEDADE, PROMOÇÃO DA ONE HEALTH E LITERACIA EM SAÚDE

A progressão do setor da saúde, desenvolveu-se, naturalmente, subdividindo-se em áreas de especialização cada vez mais diferenciadas e capacitadas dentro dos seus domínios. Esta via, ousou uma criação de conhecimento notável e um avanço considerável no que é o atual cenário de prestação de cuidados de saúde. No entanto, a resposta da saúde aos seus desafios já emergentes, assentará na capacidade do setor promover a multidisciplinaridade e a atuação conjunta entre as suas diversas áreas, da saúde humana, à animal e ambiental.

O conceito de Uma Só Saúde "*One Health*", permite estabelecer um espectro mais alargado para a gestão de risco, a concertação de esforços e o uso eficiente de recursos, salvaguardando de uma forma mais abrangente a saúde pública e o bem-estar geral das populações. Este conceito reconhece que a saúde dos humanos, animais domésticos e selvagens, plantas e o ambiente e seus ecossistemas, estão estritamente relacionados e interdependentes. Mobiliza múltiplos setores, disciplinas e comunidades, de variados níveis sociais, a trabalharem juntos de forma a acolher o bem-estar e combater ameaças à saúde e ecossistemas, enquanto enfatiza a necessidade coletiva de água potável, ar e energia, comida segura e nutritiva, a importância do combate às alterações climáticas e a contribuição para um desenvolvimento sustentável (*One Health High-Level Expert Panel OHHLEP 2021*).

No âmbito da atuação da plataforma, sublinha-se a premente necessidade de um reconhecimento mais abrangente da interdependência entre a saúde humana, animal, ambiental e a necessidade de uma abordagem colaborativa e multidisciplinar na formulação de políticas e tomada de decisões em Portugal. No domínio da investigação e inovação, a plataforma apela a um aumento significativo nos investimentos em projetos que promovam a interligação entre as diversas áreas da saúde. Esta sinergia permite avanços notáveis no controlo de doenças zoonóticas, no combate à resistência a antibióticos, dois dos exemplos mais notáveis de desafios que enfrentamos hoje.

O estabelecimento de um pensamento estratégico e alargado para a saúde como um todo, permitirá também que a literacia em saúde seja promovida de forma cruzada por vários profissionais, assegurando um encaminhamento proficiente e adequado aos utentes. A literacia em saúde é um aspeto de extrema relevância no contexto contemporâneo da promoção de estilos de vida saudáveis e na capacitação das comunidades para a tomada de decisões esclarecidas. Num panorama social onde a informação sobre saúde se apresenta vasta e frequentemente complexa, é imperativo que os cidadãos sejam capazes de discernir fontes confiáveis de outras.

A literacia em saúde surge assim como uma ferramenta capaz de criar resiliência no setor, particularmente no momento em que vivemos, no qual a informação assume formatos muito distintos e de rápida disseminação. Ao fornecer as ferramentas necessárias às comunidades para aquisição de conhecimentos sólidos, contribui-se para uma sociedade mais saudável e informada, mais capaz de enfrentar os desafios complexos do cenário de saúde atual.

A criação de protocolos de atuação conjunta, a interoperabilidade entre sistemas de informação, a aproximação entre diferentes tutelas desta área, serão passos transformadores e necessários para criar maior resiliência, nos vários estratos do sistema de saúde. Quanto mais disseminada for a saúde, mais fácil será assegurá-la de forma universal e próxima. A aproximação das margens entre os vários setores permite coordenar respostas, criar estratégias pluridisciplinares e efetivá-las de forma alargada e eficaz. Alargar a plenitude do sistema de saúde aos mais diversos profissionais que a integram permite que todo e qualquer contacto com estes, seja uma oportunidade de identificar potenciais riscos, encaminhar para a entidade competente e educar para a saúde.

Neste contexto, a Plataforma de Jovens Profissionais de Saúde apela a:

- Unificar a tomada de decisão política em saúde, integrando as várias tutelas que abrange (ministérios que tutelam as áreas da saúde, agricultura, educação e ensino superior);
- Criar equipas técnicas multidisciplinares para apoio à decisão política em saúde;
- Rever e instituir protocolos de atuação para efetivar uma abordagem multidisciplinar e conjunta dos diversos setores (p. ex intercooperação e atuação conjunta das autoridades de saúde locais);
- Integrar os Médicos Veterinários como profissionais de saúde para além dos elencados na Lei de Bases da Saúde, Lei n.º 95/2019, de 4 de setembro;
- Aumentar o investimento público na investigação e em projetos que promovam a interligação entre as diversas áreas da saúde;
- Promover a integração de abordagens colaborativas nos currículos académicos dos vários setores;

- Criar e promover mecanismos de comunicação, essencialmente digitais, entre profissionais de saúde que possibilitem a informação cruzada e a adequada referenciação;
- Fomentar e facilitar a prática de registos de forma contínua e estruturada pelos profissionais de saúde, preferencialmente numa óptica de partilha de informação;
- Melhorar a literacia em saúde da população, sobretudo através da criação de protocolos de formação multidisciplinar para todos os profissionais de saúde de forma abrangente.

BIBLIOGRAFIA DE SUPORTE

Alho, A. M., & Cabral, M. (2023). From Doctors to Patients: The Importance of Valuing Mental Health in the Workplace of Physicians from the National Health Service. *Acta Médica Portuguesa*, 36(6), 446-447.

Alho, A. M., Vasconcelos, R., Gomes, B., & Nunes, A. B. (2022). What do future public health doctors know about the One Health concept in Portugal?. *European Journal of Public Health*, 32(Supplement_3), ckac131-322.

Associação Portuguesa de Jovens Farmacêuticos (2021). Livro Branco - Visão dos Jovens Farmacêuticos Portugueses para a Década.

Bastos J., Inácio R., Martins S. Ordem dos Médicos (2023). Avaliação do Burnout no Internato Médico Português - Relatório do Estudo Nacional 2023.

Bayerlein, M (2024). Regional Health Care in the EU - ESI Funds as a Means of Building the European Health Union.

Cardoso, S., Amaral, A., & Carvalho, T. (2024). The changing concept of doctoral education: an insight from Portuguese universities. *Journal of Further and Higher Education*, 1-14.

Chen-Xu J, Miranda Castilho B, Moura Fernandes B, Silva Gonçalves D, Ferreira A, Gonçalves AC, Ferreira Vieira M, Silva AM, Borges F and Paes Mamede M (2023) Medical residency in Portugal: a cross-sectional study on the working conditions. *Frontiers in Health Services*, 3.

Decreto-Lei n.º 95/2019, de 9 de setembro Diário da República n.º 169/2019, Série I. Ministério da Saúde.

Granja, M., Correia, S., & Alves, L. (2023). Access to General Practitioners during the second year of the COVID-19 pandemic in Portugal: a nationwide survey of doctors. *BMC Primary Care*, 24(1), 1-13.

Kuhlmann, E., Falkenbach, M., Brînzac, M. G., Correia, T., Panagioti, M., & Ungureanu, M. I. (2024). The mental health needs of healthcare workers: When evidence does not guide policy. A comparative assessment of selected European countries. *The International Journal of Health Planning and Management*.

Looi, M. K. (2024). How to solve the workforce crisis: listen to what health professionals want from their careers. *bmj*, 384.

Nunes, A. M., & Ferreira, D. F. D. C. (2022). Evaluating Portuguese public hospitals performance: Any difference before and during COVID-19?. *Sustainability*, 15(1), 294.

OECD (2023). Health at a glance 2023 - OECD indicators. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/7a7afb35-en.pdf?expires=1706614199&id=id&accname=guest&checksum=170B536C482E79FF37B4D118B664D5D9>

OECD (2023). State of Health in the EU Portugal Country Health Profile 2023. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/069af7b1-en.pdf?expires=1706130085&id=id&accname=guest&checksum=D1BAD6B6EC89CF6B674D0D105693D244>

OECD (2021). State of Health in the EU Portugal Country Health Profile 2021. Disponível em: https://health.ec.europa.eu/system/files/2021-12/2021_chp_pt_english.pdf

OECD (2023). OECD Health at a Glance 2023 Country Note - Portugal. Disponível em: <https://www.oecd.org/portugal/health-at-a-glance-Portugal-EN.pdf>

Oliveira, M., & Cruz-Correia, R. (2023). Implementation Status of the Proposal for a Regulation of the European Health Data Space in Portugal: Are We Ready for It?.

Oliveira M, Tavares A, Vieira A e Pacheco M (2022). Sustainability and Resilience in the Portuguese Health System. Partnership for Health System Sustainability and Resilience (PHSSR). Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_PHSSR_Portugal_2022.pdf

Ordem dos Médicos Dentistas (2023). Barómetro da Saúde Oral. Disponível em: https://www.ond.pt/content/uploads/2023/11/VIII-Baro%CC%81metro-Nacional-de-Sau%CC%81de-Oral_2023.pdf

Ordem dos Médicos Dentistas (2022). Diagnóstico à profissão de médico dentistas. Disponível em: <https://www.ombd.pt/content/uploads/2023/10/diagnostico-medicos-dentistas-2022.pdf>

Ordem dos Médicos Dentistas (2021). Estudo aos Jovens Médicos Dentistas. Disponível em: <https://www.ombd.pt/content/uploads/2022/04/estudo-jovens-medicos-dentistas-2022.pdf>

Ordem dos Médicos Dentistas (2023). Os números da Ordem. Disponível em: <https://www.ombd.pt/content/uploads/2023/12/numeros-ordem-2023-pt.pdf>

Ordem dos Nutricionistas (2022). Integração dos nutricionistas no SNS.

PNPAS. Estado Nutricional. Disponível em: <https://alimentacaosaudavel.dgs.pt/alimentacao-em-numeros/estado-nutricional/>

Rodrigues, B., Matos, R., Guedes, S., Pires, I. M., & Gouveia, A. J. (2022, November). Medical and Healthcare Information Systems in Portugal: Short Literature Review. In International Conference on Wireless Mobile Communication and Healthcare (pp. 100-108). Cham: Springer Nature Switzerland.

Santiago, L. M., Coutinho, T. J., Jacinto, N., & Silva, I. R. (2023). Fatores que influenciam a satisfação profissional em medicina geral e familiar em Portugal: um estudo nacional. *Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar*, 39(2), 107-19.

WHO (2021). One Health High-Level Expert Panel Annual Report 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/m/item/one-health-high-level-expert-panel-annual-report-2021>

